



Número: **0810876-93.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **29/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CLAUDIO ROBERTO BARROS SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
45319 863	29/06/2019 18:41	Petição Inicial	Petição Inicial
45319 905	29/06/2019 18:41	inicial	Outros documentos
45319 972	29/06/2019 18:41	Procuração	Procuração
45319 998	29/06/2019 18:41	Cart. Trabalho e documento de identificação	Documento de Identificação
45320 045	29/06/2019 18:41	Certidão de Ocorrência	Documento de Comprovação
45320 066	29/06/2019 18:41	Prontuário médico	Documento de Comprovação
45320 089	29/06/2019 18:41	Requerimento administrativo	Requerimento Administrativo
45320 111	29/06/2019 18:41	Sentença e transito em julgado	Documento de Comprovação

Em anexo.



**MOSSORÓ & ADVOGADOS ASSOCIADOS
KELLY MARIA MEDEIROS NASCIMENTO
WAMBERTO BALBINO SALES**

Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto
Mossoró – Rio Grande do Norte
Tel (84) 9.9852-8771

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DE UMA DAS
VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

**Claudio Roberto Barros Silva, brasileiro, solteiro, autônomo, portador RG nº
1.295.145- SSP/RN e CPF nº 852.284.514-04, residente e domiciliado na Rua Delfino Freire,
324, Boa Vista, Mossoró/RN, CEP. 59605-300, por intermédio de seu ou sua bastante procurador
(a) que esta subscreve, com escritório profissional localizado acima em epígrafe, onde deveria
receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:**

ACÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.

**Contra: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ de
nº 09.248.608/0001-04, com endereço situado na Rua da Assembleia nº 100, 21º andar, Rio de Janeiro, CEP:
20.011-904, podendo ser citada por meio eletrônico, conforme Artigos 5º, 6º e 9º da Lei nº 11.419/2006
e Artigos 231, V, 246, V, §§ 1º e 2º, 270, e 1.051, do Código de Processo Civil, expondo e requerendo ao
final o seguinte:**

Ab Initio

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à
Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência
judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte
em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de n.º
1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*. Assim, procura-se evitar
*que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição
social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária
visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.*



Preliminarmente, insta ressaltar que o autor ajuizou outra demanda similar, sendo a mesma julgada extinta sem resolução do mérito, afastando o instituto da prescrição, conforme documentos em anexo.

SINOPSE DOS FATOS:

O autor fora vítima de trânsito, fato ocorrido no dia 01 de julho de 2015, por volta das 14h30min, quando trafegava em uma motocicleta tipo Honda/Biz 125 KS, de cor vermelha, ano 2006, de placa MXP2246, pela Av. Alberto Maranhão, nesta urbe, momento que outra motocicleta que trafegava na contra-mão, colidiu com o veículo do requerente, causando um forte impacto, tendo o promovente caído bruscamente ao solo, sofrendo diversas lesões pelo corpo, sendo socorrido por terceiros para a UPA do bairro Belo Horizonte, conforme certidão de ocorrência policial, em anexo.

Devido às gravidades das lesões, o requerente fora submetido a intervenções médicas em virtude de uma **FRATURA DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO**, dentre outras complicações físicas, CONFORME PRONTUÁRIO MÉDICO, em anexo.

Na esfera administrativa o processo foi recepcionado e registrado sob número **3160/186681**, atendendo dessa forma deliberação de lavra do STF, conforme documento em anexo.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer de acidente de trânsito requereu administrativamente, seguro – DPVAT, sendo que, a seguradora, negou o pagamento da indenização conforme documentos em anexo. Destarte, atendendo *decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, cumpre a decisão exaurida nos seguintes termos:*

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG.1." (grifo nosso).

Ora Douto Magistrado, tratando-se de seguro DPVAT, o beneficiário deve ingressar com o pedido de indenização sendo que na esfera administrativa ocorre três hipóteses:



Primeiro- a documentação é recepcionada pela seguradora onde após analisada a vítima é periciada por **médicos indicados e pagos pela autarquia** posteriormente, é liberado de forma unilateral quantum em favor da vítima;

Segundo - O processo é recepcionado pela seguradora onde os analistas entendem que a documentação não encontra-se dentro dos critérios criados pela Seguradora dos Consórcios do Seguros DPVAT, entenda-se: **“exigências”** não inseridas, contidas na Lei nº 6.194/74, são pendenciados os processos e ficam suspensos até o cumprimento da “pendência” administrativa;

Terceiro - A requerida analisa e decide **“NEGAR/INDEFERIR”** o processo administrativo não tendo a vítima conhecimento do teor do indeferimento, visto que, a “decisão” é interna e o mais grave ainda é que, na via administrativa não se tem a quem recorrer. Essas são as três principais correntes, linhas para concessão, ou, não do seguro DPVAT, em nosso país.

<u>DA PRETENSÃO RESISTIDA: RESISTÊNCIA DA REQUERIDA EM NÃO LIQUIDAR O DPVAT.</u>

No caso sob judge, ocorreu a **“NEGATIVA”** do pagamento da indenização, o processo Douro Julgador, não foi pendenciado para que o autor pudesse produzir os documentos exigidos administrativamente, não pelo contrário, o que pode ser observado é que a requerida, negou, cancelou, o processo de forma abrupta, sem qualquer respaldo normativo, visto que, nunca é demais ressaltar que os documentos necessários ao pagamento da indenização estão elencados na Lei nº 6.194/74.

“ Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte;”

Os documentos para requerimento do DPVAT- Boletim de ocorrência Policial; documentos de identificação do beneficiário, comprovante de residente; preenchimento do formulário de aviso de sinistro; documento do veículo, ou, motocicleta; data da entrada hospitalar e



prontuário médico. Esses são os documentos indispensáveis para o requerimento do seguro obrigatório segundo a Lei.

No caso sob judice a seguradora requerida deixa claro que o processo administrativo foi “**NEGADO**”, conforme documento acostado aos autos.

Não poderia a parte autora, fica a mercê da requerida, mesmo porque nesse caso o processo foi “**NEGADO**”, visto que, o requerente deixou de cumprir as exigências administrativas, criadas indevidamente pelos órgãos SUSEP/ CNSP, bem como, decisões exauridas pelo Conselho da Seguradora Líder.

Torna-se oportuno ressaltar que o **Supremo Tribunal Federal**, ao estabelecer o exaurimento via administrativa nos processos do INSS, no caso do seguro DPVAT, não obriga ao **segurado/beneficiário** ingressar com recurso administrativo junto a autarquia.

O fato é que inviabilizado o processo na via administrativa (negado/cancelado), quando as ocorrências retro citadas não estarem firmadas no contexto legal da Lei nº 6.194/74, cabe ao requerente buscar o Poder Judiciário, para fazer valer a norma jurídica, visto que, a pendência exaurida pela promovida é uma forma de procrastinar o máximo a indenização do seguro DPVAT.

Ora Douto Julgador, a pretensão resistida da requerida esta devidamente comprovada no documento acostado pela parte autora, onde é fato contundente, visto que, não existe meios administrativos que possam retroagir, revogar a decisão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, para que autarquia venha apreciar consequentemente, pagar a indenização nos exatos termos da Lei nº 6.194/74.

A burocracia da requerida entenda-se inúmeras exigências administrativas criadas mensalmente, inseridas no processo DPVAT, o que torna bastante complexo a formatação de um processo, onde, por exemplo, a montagem de um processo em um mês jamais seguirá o mesmo formado no próximo, as “exigências” são geradas a cada “**reunião**” do conselho que administra a autarquia.

As pessoas que militam no seguimento DPVAT, sabem das alterações impostas mês após mês, sem que os órgãos que deveriam fiscalizar viessem a atuar de forma permanente.



No Brasil, atual a sociedade observa as mudanças ocorridas em diversos setores autarquias, ministérios, próprio congresso nacional teve seu presidente afastado, toda essa realidade possa ser implementada também na promovida, não seria sonhar demais que um dia a Policia Federal, que vem desenvolvendo um trabalho brilhante em vários seguimentos da sociedade alcançassem também a **Seguradora dos Consórcios do Seguro DPVAT**, mesmo porque o **Tribunal de Contas da União**, descobriu fraudes se não vejamos:

“O lucro da Líder vem de 2% do faturamento do DPVAT, menos outras despesas, e em 2010 o valor girou em torno de R\$ 5,8 bilhões. Nos últimos quatro anos, o valor total arrecadado com o seguro foi o triplo . O Tribunal deu 90 dias para a Susep Susep (Superintendência de Seguros Privados) --o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização, vinculada ao Ministério da Faze... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/08/seguro-dpvat-nao-tera-aumento-em-2012-afirma-seguradora.htm?cmpid=copiaecola>- Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/08/seguro-dpvat-nao-tera-aumento-em-2012-afirma-seguradora.htm?cmpid=copiaecola>” (fonte Google).

<u>DO ONUS DA PROVA</u>

O art. 373 do CPC, determina:

“ *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.”



Reitera o requerente que o seu processo foi “negado”, via administrativa, motivo pelo qual, invocou a tutela jurisdicional do Estado, através do seu órgão jurisdicional, para dirimir o conflito.

DO DIREITO:

A Lei n. 8.841, de 13 de julho de 1992, estabelece disciplina e regulamentou o seguro DPVAT, em nosso país, preceitua dentre vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário a seguradora terá 15 (quinze) dias para pagar o seguro aos que dela fazem “jus”.

Como se observa no dispositivo legal cuja vigência se aplica nos casos relativo a acidente de transito, determina o pagamento da indenização mediante a “SIMPELS PROVA DO ACIDENTE”. Destarte, a prova do sinistro, encontra-se consubstanciada na prova documental fornecida pela unidade medida que atendeu a vitima/promovente, conforme se infere nos autos.

No mesmo curso:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores e prazos nos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.” (Grifo Nosso)

O cidadão comum encontra-se a margem diante das varias alterações sofridas pela Lei n.º 6.194/74, através da Medida Provisória n.º 340/2006, transformada na Lei 11.482/2007, que além de colocar os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras, em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.

- DA JURISPRUDÊNCIA:

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, tem entendimento consolidado em idêntico pedido:

“ (AC n.º 2012.018378-9, AC n.º 2013.002870-9 e AC n.º 2012.013210-8, de Relatoria do Des. Amílcar Maia, 1ª Câmara Cível, j. 30/01/2014; AC n.º 2013.018028-1, Rel. Des. Expedito Ferreira, 1ª Câmara Cível, j. 19/12/2013; AC n.º 2013.013182-4, Rel. Des. João Rebouças, 3ª



Câmara Cível, j. 28/01/2014; AC nº 2012.017060-3, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 05/11/2013). “

Já o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento sumulado, por meio do Enunciado nº 474, de que a indenização deve ser paga de acordo com o grau da debilidade sofrida. Vejamos: “Súmula 474/STJ:

“ A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

De acordo com a jurisprudência pátria, em casos de seguro DPVAT, aplica-se as regras preceituadas no Código de Defesa do Consumidor:

“ AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICAÇÃO DAS NORMAS DO CDC. INVERSÃO DO "ONUS PROBANDI. POSSIBILIDADE. AGRADO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1- A relação havida entre as partes deve ser apreciada sob a égide da Lei nº 8.078/90, pois são de consumo as relações jurídicas resultantes do contrato de seguro DPVAT. 2- a inversão do ônus da prova, contudo, não tem o condão de transferir para o fornecedor ou prestador de serviço a responsabilidade pela antecipação do depósito dos honorários periciais, pois a norma do art. 33, CPC, continua em plena vigência. 3- no entanto, caso a seguradora se recuse a realizar o referido pagamento, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelo consumidor. 4- agravo a que se nega provimento. (TJ-MG; AGIN 1.0024.08.239594-8/0011; Belo Horizonte; Décima Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Francisco Kupidlowski; Julg. 21/05/2009; DJEMG 08/06/2009)”.

DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a procedência da presente ação, para ao final condenar a requerida ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT, a ser aferido após a realização da perícia médica, obedecendo a Tabela incluída pela Lei 11.945/09, requerendo ainda o seguinte:

01- Seja citada a Promovida, por meio eletrônico, **conforme Artigos 5º, 6º e 9º da Lei nº 11.419/2006 e Artigos 231, V, 246, V, §§ 1º e 2º, 270, e 1.051, do Código de Processo Civil**, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;



02- Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de **Prova Pericial**, no sentido de quantificar o grau de lesão, quesitos seguem ao pé desta;

03- seja os valores devidamente corrigidos desde o evento danoso, conforme Sumula 54 do STJ;

04- requer a produção de prova pericial cujo requisitos seguem ao pé desta;

05- *Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, requer a parte autora e desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse em autocomposição, visto que, em demandas similares inexistente qualquer proposta por parte da Seguradora Líder;*

06- Como no caso em tela o deslinde **trata-se na confecção da prova pericial**, seja nomeado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova retro citada, nos termos do art. 31.II da Lei nº 11.945/2009;

07- requer seja designada audiência de instrução e julgamento;

08-seja a demandada condenada em **20%, sobre o valor da causa**, (art. 85, III CPC), referente a honorários advocatícios;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dar-se a presente o valor de **R\$ 998,00** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos.

Pede e Espera Deferimento.

Mossoró - Rio Grande do Norte, aos 29 de junho de 2019.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

OAB/RN 7.469



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:

_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/_____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.
(Assinatura – carimbo – CRM)



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: claudio Roberto Barros Silva
brasileiro(a), solteiro(a), Autônomo, portador do CPF nº 832.284-534-04, e do RG nº 42.954-45 residente e domiciliado no(a) Rua Nereide Freire 34, Boa Vista

Outorgado: Bel. EMMANUEL SARAIVA FERREIRA brasileiro, solteiro, e a Bela KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, inscrita na OAB de N° 7.469/RN podendo ser intimados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Bairro Aeroporto, Mossoró-RN, Telefone: 3316-7595 ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE PATROCINAR A DEFESA DO OUTORGANTE, junto a processo na Comarca de Mossoró** /RN podendo o outorgado, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber e dar quitação, receber quaisquer quantias derivada de condenação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requerer seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo ainda levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao **Egrégio Tribunal de Justiça do Estado RIO GRANDE DO NORTE**, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

- CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente contrato firmado entre os contratantes, fica estabelecido o pagamento dos honorários advocatícios, pagos pelo outorgante, em favor do outorgado, os quais deverão ser pagos na base de **30%, (trinta por cento)**, sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbência, em favor do contratado, conforme pacto através do presente instrumento, nos termos do **art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994**. Contratam ainda as partes que em caso de desistência da ação, ou, ainda renúncia dos poderes do contratante em favor outro causídico, nada impede e obsta o pagamento dos honorários contratuais, nos mesmos valores acima citados, tudo em conformidade com o disposto no art. 14 do Estatuto da OAB, sem prejuízo dos honorários sucumbências, conforme determina a Lei. Nada mais a constar lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

MOSSORÓ/RN, em 24/11/2016.

Outorgante: claudio Roberto Barros Silva

* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr(a) claudio Roberto Barros Silva,
brasileiro(a), portador(a) do RG nº 12.951-45 e do CPF nº
852.284.344-04, residente e domiciliado(a) na
Rua Delino Freire 34, Boa Vista, Alagoinha
Mossoro, **DECLARA** nos termos da Lei
nº 1060/50, que é pobre na forma desta lei, não dispondo de meios que
possibilitem a custear as despesas processuais na AÇÃO DE COBRANÇA,
perante a Comarca de Mossoro. Afirma ainda, ser
sabedor(a) das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos
fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Mossoro /RN, 25/11/2016.

claudio Roberto Barros Silva
DECLARANTE





10-45188681 - 25238154-04



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

ASSINATURA DO PORTADOR

0000 - RN

Série

3622

0000 - RN

Polegar Direito

SEM NENHUM EXAGERO, PODE-SE AFIRMAR QUE ESTE documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cópia de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente inalteráveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da elevação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Almir Pazzinotto Pinto

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16120509355705100000008157408>
Número do documento: 16120509355705100000008157408

Num. 8613961 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/06/2019 18:40:46

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062918371252700000043822659>
Número do documento: 19062918371252700000043822659

Num. 45319998 - Pág. 2

14

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: Genildo Rodrigues da Silva

COC/ME: 06.010.603/0001-50

Rua: Felipe Camargo

Município: Mossurum, Est. PR, Nº 640

Esp. do estabelecimento:

Cargo: Ass. de Administração

Data admissão: 01 de junho de 2019

Registro nº:

Remuneração especificada: R\$ 1.650,00 + 50%

Fls/Ficha:

Ass. do empregador ou a cargo c/est.: Genildo Rodrigues da Silva

CNPJ: 06.010.603/0001-50

Ass. do empregador ou a cargo c/est.: Ass. de Administração

1º Data saída: de de 19

2º Ass. do empregador ou a cargo c/est.:

3º Com. Dispensa CD Nº:

15

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador:

COC/ME:

Rua:

Município: , Est. , Nº

Esp. do estabelecimento:

Cargo:

Data admissão: de de 19

Registro nº:

Remuneração especificada:

Fls/Ficha:

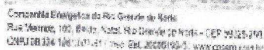
Ass. do empregador ou a cargo c/est.:

1º Data saída: de de 19

2º Ass. do empregador ou a cargo c/est.:

3º Com. Dispensa CD Nº:





Tartu Specialite Energy Flammol Canada (pela Ley 3.7.438, de 25/04/2011)

J. Kuriyama

SALE PRICE

019 822 36 44

FILE VISITATION REQUEST
MAGSOPRON
SACUS-100

地址：杭州一环路四号，浙江
省新华书店，四楼
电话：771111

DATA CONTRATO 0851453365 03/2015
DATA DE VENCIMENTO 18/03/2015 DATA PREVISÃO 10/04/2015

NOTA FISCAL	IMPORTE	FECHA
10012	10000	10/01/12

257 07

[illegible]

TOTAL 14 FATURAS

258, 262

Nº DO MEDICOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE C/AS	CONSTANTE	AUXÍL	CONSUMO (MIL)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
00000000	AT	00/00/00	000000	00/00/00	000000	0	0,00000		0,00000
00000000	AT	00/00/00	000000	00/00/00	000000	0	0,00000		0,00000
00000000	AT	00/00/00	000000	00/00/00	000000	0	0,00000		0,00000

[illegible]

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 3, 1862. It is a message of condolence to the people of the State of California, who have been afflicted by a severe drought. The President expresses his sympathy for the suffering and his hope that the Congress will take prompt action to relieve the distress.

[illegible]



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA – DEGEPO
DIRETORIA DE POLÍCIA CIVIL – DPCIN
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE IPANGUAÇU/RN


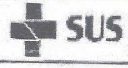
BOLETIM DE Ocorrência Nº 270/2015

Natureza da Ocorrência: ACIDENTE DE TRÂNSITO	
Local: Av. Alberto Maranhão, centro, Mossoró/RN	
Data do Fato: 01/07/2015	Horário: 14:32 horas
COMUNICANTE: CLAUDIO ROBERTO BARROS SILVA	
Fone:	
Filiação: Euri Simião da Silva e Mirani de Sousa Barros Silva	
Naturalidade: Mossoró/RN	Nacionalidade: Brasileira
Nascido em: 19/10/1973	Idade: 41 anos
Doc: RG 1295145 SSP/RN	
Endereço: Rua Delfino Freire, 324, A, Boa Vista, Mossoró/RN.	
Estado Civil: solteiro	Profissão: autônomo
VÍTIMA: O COMUNICANTE	
Fone:	
Filiação:	
Naturalidade:	Nacionalidade:
Nascido em:	Idade:
Doc:	
Endereço:	
Estado Civil:	Profissão:
ACUSADO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Fone:	
Filiação:	
Naturalidade:	Nacionalidade:
Nascido em:	Idade:
Doc:	
Endereço:	
Estado Civil:	Profissão:
HISTÓRICO Compareceu nesta Delegacia de Polícia Civil O comunicante, ocasião em que fez o seguinte relato: Que no dia e hora acima mencionados estava trafegando pelo local conduzindo a motocicleta tipo: HONDA BIZ 125 KS, VERMELHA, ANO 2006, PLACA MXP 2246, RENAVAM 00888122020, EM NOME DO PRÓPRIO COMUNICANTE; Que, o acidente se deu após outra motocicleta que seguia na contra-mão, colidir com o comunicante, e se evadir do local sem prestar o devido socorro; Que, o comunicante caiu e se lesionou; Que, o mesmo foi socorrido por populares para a UPA na cidade de Mossoró/RN. Nada mais disse, foi uma via entregue ao comunicante e a outra arquivada nesta delegacia de polícia.	
Testemunha:	
Endereço:	
Testemunha:	
Endereço:	

Registrado em: 27/08/2015	
<i>Claudio Roberto Barros Silva</i> Assinatura do comunicante	<i>[Assinatura]</i> Sextador/Mat.: 97.891-4



Cópia 13/04/15 *ORTOPEDIA*

		Estado do Rio Grande do Norte Prefeitura Municipal de Mossoró Secretaria Municipal da Saúde		 Sistema Único de Saúde	
FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA				Unidade: UPA - RAIMUNDO BENJAMIN FRANCO - BH	
DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO/Nº REGISTRO: 30138				Atendimento Nº: 159870	
Nome: CLAUDIO ROBERTO BARROS SILVA		Idade: 19/10/1973 (41a 8m)		Sexo: Feminino	
Cartão SUS: MIRANDE SOUSA BARROS SILVA		Profissão: MECANICO		Complemento:	
Endereço (Rua/Av.): RUA: DELENO FREIRE		Nº: 374		Complemento:	
Bairro: BELO HORIZONTE		Cidade: MOSSORÓ RN		Estado: 751-5018	
Clínica: CLINICA MEDICA		Data: 01/07/2015		Hora: 14:32	
Motivo da Procura: PRONTO ATENDIMENTO		Rubrica Servidor: GRIZENE MARIA RODRIGUES DE MELO			
Assinatura do Paciente:					
ACOLHIMENTO: () Emergência () Urgência () Não Urgência () Acidente de Trabalho () Acidente de Trânsito					
Acolhimento com classificação de risco:					
Queixa: <i>Doa no braço direito</i>					
Antecedentes Alérgicos: NÃO					
HASIM DM (N)		Assinatura: <i>Alaide</i>		Classificação: <i>3º grau</i>	
ANAMNESE:					
<i>DOA NO PUNTO D</i>					
<i>TRAUMA HA 15 DIAS</i>					
<i>S/ TRATAMENTO</i>					
EXAME FÍSICO:					
Peso: _____ Temperatura: _____ F.C.: _____ PA: 130x80 F.R.: _____ Glasgow: _____		SpO2: _____ HGT: _____			
<i>DOA NO PUNTO D</i>					
<i>EDEMA SURSAL</i>					
<i>P: DOL</i>					
<i>M: LIMITADA</i>					
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:					
() Laboratório:					
() Radiológico: <i>RATG 18062015 = lesão no punho e ulna</i>					
() ECG () Outros:					
Hipótese do Diagnóstico:					
FAAF DO PUNTO D				CID:	
Conduta: () Medicação () Observação () Laudo para AIH					
Saída: Data/Hora: _____ às _____ h. () Alta referida para UBS () Óbito					
() Outra Unid. Urgência () Especialidade IG: AX-P					
() Internação no Hospital:					
Médico: (Carimbo e Assinatura) <i>[Assinatura]</i> DR. VILSON SOUSA SILVA Neto ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM 2917					



SINISTRO 3160186681 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA CLAUDIO ROBERTO BARROS SILVA

COBERTURA DAMS

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA S/A-
Filial Curitiba-PR #0773

BENEFICIÁRIO CLAUDIO ROBERTO BARROS SILVA

CPF/CNPJ: 85228451404

Posição em 30-11-2016 11:48:49

Pedido de indenização cancelado. Para mais informações procure a seguradora responsável pelo processo.





29/06/2019

Número: **0822724-82.2016.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **10/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CLAUDIO ROBERTO BARROS SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
35373 213	25/01/2019 09:58	Sentença	Sentença
40485 895	15/03/2019 12:40	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

Processo nº: 0822724-82.2016.8.20.5106

AUTOR: CLAUDIO ROBERTO BARROS SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

EMENTA:
PROCESSUAL
CIVIL.
INDEFERIMENTO
DA INICIAL.
AUSÊNCIA DE
DOCUMENTO
INDISPENSÁVEL À
PROPOSITURA DA
AÇÃO. EXTINÇÃO
DO PROCESSO
SEM RESOLUÇÃO
DE MÉRITO, COM
FUNDAMENTO
NOS ARTIGOS 320,
321, PARÁGRAFO
ÚNICO, DO
CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL.

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT proposta por CLAUDIO ROBERTO BARROS DA SILVA em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.



Em despacho de ID nº 8978468, foi determinado que o patrono da parte autora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial, emendar/complementar a inicial, indicando:

1. Comprovante de requerimento administrativo, em que conste a justificativa (motivo) para seu indeferimento, uma vez que o documento juntado aos autos contém a informação de que o requerimento administrativo foi cancelado e não negado.

Porém, não houve o cumprimento do referido mister, conforme certidão de ID nº 10595329.

É o relatório. Passa-se à fundamentação e decisão.

Intimada para emendar a inicial a advogada não se desincumbiu do ônus que lhe competia.

A referida ausência nos autos fere o disposto no art. 320 do CPC, que preconiza que a petição inicial deve ser instruída com “*os documentos indispensáveis à propositura da ação*”.

Isto posto, com fulcro nos arts. 320, 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial.

Custas processuais e demais despesas do processo pela parte autora, porém em decorrência do deferimento da gratuidade judiciária, resta suspensa a exigibilidade da cobrança, nos termos do artigo 98, § 3º do CPC.

Transitada em julgado, archive-se com a respectiva baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Mossoró, 24 de janeiro de 2018.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

Processo nº: 0822724-82.2016.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Parte Autora: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO CPF: 042.194.604-03, CLAUDIO ROBERTO BARROS SILVA CPF: 852.284.514-04

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. CNPJ: 09.248.608/0001-04

CERTIDÃO

Certifico que a sentença de ID nº 35373213 transitou em julgado no dia 20/02/2019, às 23:59:59.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 14 de março de 2019.

ÂNGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Chefe de Secretaria

TERMO DE ARQUIVAMENTO

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS
<https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031512404377300000039163834>
Número do documento: 19031512404377300000039163834

Num. 40485895 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/06/2019 18:40:55
<https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062918385783600000043822772>
Número do documento: 19062918385783600000043822772

Num. 45320111 - Pág. 4

Nesta data, em cumprimento a sentença supracitada, arquivo, nesta secretaria, os presentes autos.

Mossoró/RN, 14 de março de 2019.

ÂNGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Chefe de Secretaria

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS
<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031512404377300000039163834>
Documento: 19031512404377300000039163834

Num. 40485895 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/06/2019 18:40:55
<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062918385783600000043822772>
Número do documento: 19062918385783600000043822772

Num. 45320111 - Pág. 5